



TRABALHO E EDUCAÇÃO NAS SOCIEDADES PRÉ-CAPITALISTAS

Markfran Silva de Gouveia¹; Karina Furini da Ponte²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8046-4256> ; <https://orcid.org/0000-0002-5780-6449>

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Acre, Acre, Brasil;

² Professora dos cursos de Geografia (Licenciatura e Bacharelado) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre Rio Branco, Acre, Brasil.

* markfran.gouveia@ufac.br

Recebido em: 24/05/2023; Aceito em: 03/11/2023; Publicado em: 30/12/2023

DOI: <https://doi.org/10.29327/2151710.5.2-5>

RESUMO

O trabalho e a educação são entendidos como atividades essencialmente humanas e, além disso, como elementos caracterizantes da natureza do ser humano. Dada essa relação íntima entre a espécie e as referidas atividades, estabelecemos como verdadeira a premissa de que o ser humano, desde que assim se entende, trabalha e educa. Posto isso, este artigo objetiva, sob o crivo da Geografia do Trabalho, compreender como o trabalho e a educação se exteriorizaram nas formas de organizações sociais pré-capitalistas. Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica qualitativa, ancorada, sobretudo, no movimento histórico-dialético a partir da concepção ontológica do ser social. Demonstrou-se que, desde o comunismo primitivo ao fim da Idade Média, o ser humano, de fato, trabalhou e educou. No entanto, as formas de se desenvolver essas atividades foram se alterando para amoldarem-se às realidades e necessidades do método de produção vigente em cada um dos momentos históricos.

Palavras-chave: Trabalho; educação; modos de produção; ser social.

WORK AND EDUCATION IN PRE-CAPITALIST SOCIETIES

ABSTRACT

Work and education are understood as essentially human activities and, moreover, as elements that characterize human nature. Given this intimate relationship between the species and the referred activities, we established in this research as true the premise that the human being, as long as it is understood, works and educates. That said, this article aims, from the perspective of Geography of Work, to understand how work and education were externalized in the forms of pre-capitalist social organizations. For that, qualitative bibliographical research was developed, anchored, above all, in the historical-dialectical movement from the ontological conception of the social being. It has been demonstrated that, from primitive communism to the end of the Middle Ages, human beings, in fact, worked and educated. However, the ways of developing these activities were changing to adapt to the realities and needs of the current production method in each of the historical moments.

Keywords: Work; education; production modes; being social.

TRABAJO Y EDUCACIÓN EN SOCIEDADES PRECAPITALISTAS

RESUMEN

El trabajo y la educación se entienden como actividades esencialmente humanas y, además, como elementos que caracterizan la naturaleza humana. Dada esta íntima relación entre la especie y las referidas actividades, establecimos en esta investigación como cierta la premisa de que el ser humano, en tanto que se comprende, trabaja y educa. Dicho esto, este artículo tiene como objetivo, desde la perspectiva de la Geografía del Trabajo, comprender cómo el trabajo y la educación se externalizaron en las formas de organizaciones sociales precapitalistas. Para ello, se desarrolló una investigación bibliográfica cualitativa anclada, sobre todo, en el movimiento histórico-dialéctico desde la concepción ontológica del ser social. Se ha demostrado que, desde el comunismo primitivo hasta el final de la Edad Media, el ser humano, de hecho, trabajó y se educó. Sin embargo, las formas de desarrollar estas actividades fueron cambiando para adaptarse a las realidades y necesidades del modo de producción actual en cada uno de los momentos históricos.

Palabras clave: Trabajar; educación; modos de producción; se social.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho é ontologicamente definido como a relação dialética entre o ser humano e a natureza, de modo que em um fazer-se recíproco ambos se modificam. O trabalho ontológico é um dos atributos da própria essência do ser social (Marx, 2004; Lukács, 2010). E a ele inerente temos outras duas características do ser social: a linguagem e a educação.

A linguagem porque sendo uma atividade necessariamente social, o trabalho implica na necessidade de comunicação. A educação porque é necessário aprender a trabalhar, já que é uma atividade intencional e não biologicamente pré-determinada (Tonet, 2011). Dessa forma, sendo o trabalho, a linguagem e a educação atividades relacionadas ao ser social, conclui-se que o homem, desde os primeiros agrupamentos sociais, trabalha, comunica-se e se educa.

De acordo com essa perspectiva, a educação desempenha um papel crucial na reprodução das relações de produção e na manutenção da estrutura de classes existente. Isto é, a educação é entendida como um processo fundamental dentro de qualquer estrutura social, pois é ela quem possibilita a perpetuação do trabalho e, assim sendo, do próprio ser social (Tonet, 2011).

Essa tríade caracterizante do ser social se sustenta sob a lógica marxista, eis que a mesma entende o trabalho ontológico como elo central da essência da humanidade. Essas atividades, contudo, apesar de perenes no tempo se modificaram ao longo dos milênios para se amoldarem às necessidades de cada uma das formas sociais já vividas pela espécie humana.

Nesta pesquisa, todavia, debruçar-nos-emos especificamente no diálogo estabelecido entre o trabalho e a educação. Nesse sentido, o artigo busca, sob o crivo da Geografia do Trabalho,

compreender como o trabalho e a educação se exteriorizaram nas formas de organizações sociais pré-capitalistas.

Esse itinerário histórico e dialético da relação trabalho-educação nas sociedades pré-capitalistas é fundamental para que possamos entender a manifestação dessa relação no contexto capitalista contemporâneo, eis que os eventos presentes são produtos históricos dos caminhos percorridos pela humanidade, guiados, sobretudo a partir do advento da propriedade privada, pelos interesses das classes dominantes. E, por isso, é que esta pesquisa se justifica, pois viabilizará a construção sólida dos precedentes históricos que ensejaram a realidade vigente.

Outrossim, consoante abaixo melhor será explanado, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica qualitativa a partir do método histórico-dialético. Este artigo, ademais, está organizado em referencial teórico, intitulado “Sociedades pré-capitalistas”; materiais e métodos; resultados e discussões, que se ramificam em subseções a partir da divisão histórica da sociedade; e, ao fim, se apresentam as considerações finais e as referências.

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA DISCUSSÃO ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE PRÉ-CAPITALISTA

Este artigo se sustenta sob a lógica que o modo de produção, as classes sociais, o trabalho e a educação são elementos que estão submetidos a um liame de interdependência dialética. O pressuposto central é que a alteração de um implica nos demais. Dessa forma, importante é conhecermos cada uma dessas categorias.

Segundo Marx e Engels (2001), o modo de produção é a base sobre a qual se constrói toda a estrutura social e econômica de uma sociedade. Dizem os autores:

A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, quanto da alheia, na procriação, aparece desde já como uma relação dupla – de um lado, como relação natural, de outro como relação social –, social no sentido de que por ela se entende a cooperação de vários indivíduos, sejam quais forem as condições, o modo e a finalidade. Segue-se daí que um determinado modo de produção ou uma determinada fase industrial estão sempre ligados a um determinado modo de cooperação ou a uma determinada fase social – modo de cooperação que é, ele próprio, uma ‘força produtiva’ –, que a soma das forças produtivas acessíveis ao homem condiciona o estado social e que, portanto, a ‘história da humanidade’ deve ser estudada e elaborada sempre em conexão com a história da indústria e das trocas. (Marx; Engels, 2001, p. 34)

Portanto, perceba que o próprio conceito de modo de produção exterioriza o pressuposto sobre o qual se constrói este artigo. Outrossim, os autores identificaram essencialmente cinco modos de produção ocidentais que se desenvolveram ao longo da história. São eles, por ordem evolucionar: o comunismo primitivo, o escravista, o feudal, o capitalista e o comunista – isto é,

os autores pressupunham o comunismo como a superação do capitalismo. Ribeiro (2011), fala também em um modo de produção gentílico. De todo modo, em cada um desses modos de produção, a forma como a produção é organizada determina a forma como a sociedade se organiza em torno dela (Marx, 2015; Marx; Engels, 2001).

Em suma, o conceito de modo de produção de Marx e Engels (2001) é um dos elementos centrais do materialismo histórico e explica a relação entre a base material da sociedade e sua superestrutura ideológica e política. Ele mostra que a organização da forma e da produção influencia todas as esferas da vida social e econômica e como essas relações de produção estão sujeitas às mudanças históricas e sociais. Neste estudo, especificamente nos debruçaremos sobre os pré-capitalistas.

Noutra medida, da forma de se sistematizar a sociedade, decorre o conceito de classe social, o qual está intrinsecamente ligado ao de modo de produção. Para Marx (2015), a sociedade é composta por classes sociais que se distinguem pela posição que ocupam no processo de produção e pelas relações sociais que estabelecem entre si. Essas classes são definidas em relação à propriedade dos meios de produção e sua relação com o trabalho.

Segundo Marx e Engels (2001), a classe dominante é aquela que detém o controle dos meios de produção, enquanto a classe dominada é aquela que possui apenas sua força de trabalho para vender. Essa divisão em classes é uma característica fundamental de todas as sociedades divididas em classes, ou seja, todas as posteriores ao modo de produção comunista primitivo.

Essas divisões em classes sociais implicam em uma divisão social do trabalho e, por conseguinte, da educação. Essas divisões é que serão palco da discussão que sucederá. No entanto, neste momento, pertinente é trazer o conceito ontológico de ambas.

Em síntese, o trabalho é um conceito ontológico que descreve a atividade humana fundamental através da qual os seres humanos criam valor, transformam a natureza e constroem a sociedade. Diversos são os filósofos que conceituam o trabalho. Aqui adotaremos majoritariamente a concepção de Marx (2002), segundo a qual o trabalho é a essência da vida humana, e através dele, os seres humanos transformam a natureza e criam a sociedade. Defende ele que o trabalho é a fonte da essência humana e que é através do trabalho que os seres humanos criam valor e riqueza.

Por fim, temos a educação que dada a sua complexidade contemporânea, assim como o próprio trabalho, é difícil submetê-la a um conceito estático. Todavia, sob o olhar da realidade

pré-capitalista e vinculada a essência ontológica do ser social marxista, a educação escolar está atrelada à formação do homem trabalhador de tal maneira que é indispensável para a existência do trabalho e, por conseguinte, para a manutenção da própria vida humana (Manacorda, 1992).

Saviani (2005), reconhecendo a complexidade do fenômeno, entabula a educação como uma das formas de trabalho imaterial. Diz ele:

Tais aspectos [ciência, ética e arte], na medida em que são objetos de preocupação explícita e direta, abrem a perspectiva de uma outra categoria de produção que pode ser traduzida pela rubrica 'trabalho não-material'. Trata-se aqui da produção de ideias, conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes, habilidades. Numa palavra, trata-se da produção do saber, seja do saber sobre a natureza, seja do saber sobre a cultura, isto é, o conjunto da produção humana. Obviamente, a educação situase nessa categoria do trabalho não-material [...] A primeira refere-se àquelas atividades em que o produto se separa do produtor, como no caso dos livros e objetos artísticos. Há, pois, nesse caso, um intervalo entre a produção e o consumo, possibilitado pela autonomia entre o produto e o ato de produção. A segunda diz respeito às atividades em que o produto não se separa do ato de produção. Nesse caso, não ocorre o intervalo antes observado; o ato de produção e o ato de consumo imbricam-se. É nessa segunda modalidade do trabalho não-material que se situa a educação (Saviani, 2005, p. 12)

Metodologicamente, esta pesquisa se qualifica quanto à abordagem como qualitativa, eis que se debruça sobre a discussão de fenômenos não quantificáveis. Além disso, é também de natureza básica, porque não fará coleta direta de dados; e tem objetivos descritivos, pois tem o condão de narrar, sob o prisma do método adotado, os fatos históricos estudados (Gerhardt; Silveira, 2009).

Outrossim, adotou-se os procedimentos da pesquisa bibliográfica, nos termos que expõe Marconi e Lakatos (2021), porque foram utilizadas fontes secundárias, coletadas em materiais já produzidos, para a construção da discussão dos fatos analisados. Inclusive, é de se pontuar que a classificação acima, pautada em Gerhardt e Silveira (2009) é uma das mais reiteradas em pesquisas bibliográficas. Os materiais utilizados foram coletados, dentre outros buscadores, no Google Acadêmico.

Quanto ao método, dada a complexidade do debate e ao próprio referencial teórico e metodológico utilizado, optou-se pelo materialismo histórico e dialético, nos moldes da releitura feita por Oliveira (2019). Afinal, o que se pretende demonstrar é, justamente, a relação histórica e dialética entre o trabalho e a educação.

3. O TRABALHO E A EDUCAÇÃO AO LONGO DA HISTÓRIA PRÉ-CAPITALISTA

Na sociedade pré-capitalista, a relação entre trabalho e educação era marcada por uma ontologia dialética. Em outras palavras, esses dois aspectos do ser social estavam interconectados e influenciavam um ao outro de maneira dinâmica e constante. Além disso, como pontuado alhures, ambos dependem e determinam, em um movimento dialético, as formas históricas de organizações sociais e o modo de produção vigente.

Dessa forma, abaixo passamos a expor as nuances dessa relação nos três grandes períodos da história pré-capitalista, quais sejam a Pré-história, a Antiguidade Clássica e a Idade Média. Outrossim, perceberemos que em cada um desses momentos vigorou um dos modos de produção pré-capitalistas, respectivamente, comunismo primitivo, escravista e servidão.

3.1 Pré-história

Nesse momento da história, que durou aproximadamente 5 milhões de anos, tendo início com os primeiros proto-humanos, espécie que começou a utilizar ferramentas brutas e deu início à Era da Pedra Lascada, com fim datado entre 3500 a.C e 3000 a.C, com o surgimento da escrita (Burguette, 1990), o modo de produção predominante foi o comunismo primitivo (Marx, 2001), o qual encontrou seu fim com o advento da propriedade privada no final do marco temporal aqui em debate, a Pré-história, consoante explicam Engels (2019) no livro a “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”. Portanto, aqui, trabalharemos o trabalho e a educação sob a lógica do comunismo primitivo até os momentos antecedentes da Idade Antiga, com a consolidação da propriedade.

Existem diversas divisões da Pré-história. No entanto, a mais aceita e difundida entre os historiadores e arqueólogos é a que ramifica o período em três: Idade da Pedra Lascada (Paleolítico); Idade da Pedra Polida (Neolítico); e Idade dos Metais (Burguette, 1990). Contudo, Engels (2019), quando desenvolve seus estudos sobre o comunismo primitivo e sobre a origem do Estado, da propriedade privada e da família, vincula-se à feita por Morgan (2014), que dividiu a época em 3 estados: o selvagem, a barbárie e a civilização.

De todo modo, o primeiro modo de produção que se tem notícia é comunismo primitivo, o qual se manifestou ao longo das fases da Pré-história com pequenas alterações de um a outro período. O comunismo primitivo do período Paleolítico, chamado tanto por Engels quanto por Marx – que também se vincula à Morgan, dada à época de seus escritos – de estado de Selvageria. Nesse momento, a realização do trabalho ocorre em sua faceta mais ontológica.

Havia uma apropriação coletiva dos meios de produção, que se vinculavam estritamente às atividades vitais do sistema de mediações de primeira ordem (Engels, 2019).

Saviani (2007) em seus estudos sobre a pedagogia histórico-crítica esclarece que, nesse período, o ato de educar era tão natural quanto o de trabalhar, sendo com este último totalmente coincidente. Enquanto faz essa explicação traz importantes características do referido modo de produção. Observe:

Nas comunidades **primitivas a educação coincidia totalmente com o fenômeno anteriormente descrito**. Os homens apropriavam-se coletivamente dos meios de produção da existência e nesse processo educavam-se e educavam as novas gerações. Prevalencia, aí, o modo de produção comunal, também chamado de ‘comunismo primitivo’. **Não havia a divisão em classes. Tudo era feito em comum**. Na unidade aglutinadora da tribo dava-se a apropriação coletiva da terra, constituindo a propriedade tribal na qual os homens produziam sua existência em comum e se educavam nesse mesmo processo. (Saviani, 2007, p. 154, grifos nossos).

Quando se afirma a inexistência de classes sociais, tese defendida pela maioria dos teóricos marxistas e não só por Saviani, pressupõe-se, contudo, a existência de um agrupamento humano, mesmo que precário. Esse é o suprasumo desta discussão. No referencial teórico arrematamos o trabalho ontológico como característica inerente ao ser humano e fundante do ser social. Portanto, sempre que conjecturarmos a existência de agrupamentos sociais, haverá imperativamente uma forma de organizar o trabalho.

Inclusive, Marx (2015) argumenta que a organização em grupos é o primeiro pressuposto que permitiu a sobrevivência e perpetuação da espécie humana. A essas primeiras sociedades primitivas, Marx (2015) dá o nome de entidades comunitárias (*Gemeinwesen*), defendendo que o seu surgimento resultou de um processo natural humano.

O nomadismo é um aspecto presente durante toda a Era Paleolítica (até 10.000 a.C), na qual predominava uma apropriação coletiva e temporária do solo (Marx, 2015). A alimentação, todavia, sofre grandes revoluções entre essas fases: o homem que antes vivia da coleta de frutos silvestres, passa a pescar e a caçar, criando os primeiros instrumentos de trabalho da história, que a todos pertenciam. A utilização do fogo também ocorre nesse momento histórico (Engels, 2019). Ainda que haja divergência sobre a fase, é consenso que se insere no Paleolítico.

Então,

[A] centralidade da reprodução comunal a preocupação ao perpetuar da vida pela cooperação simples e interdependência solidária, concretizada através de caças aquática e terrestre, de coleta e duma incipiente agricultura comunitária e iniciante domesticação de animais [...] a sociedade primitiva

ou a *'formação primária'* da sociedade humana possuía relações internas que, de forma nada aleatória, porém combinada e coordenada administrativamente pelos reverenciados como os mais sábios (velhos), lhes permitiam avançar na sua “ruptura” com a natureza e ingressar na *“história dos homens”* mediante a apropriação comunitária do mundo. (Ribeiro, 2011, p. 25, itálico no original).

Nesse momento histórico, o educar era repassar esses conhecimentos adquiridos aos demais. No período Paleolítico, quanto à educação, destaca-se o fenômeno das pinturas rupestres, as quais eram produzidas com o intuito de fazer registros que possibilitassem a outras gerações do agrupamento conhecer as habilidades de trabalho desenvolvidas e impulsionar a sobrevivência (Rosa, 2013).

Ademais, nesse segundo momento da Pré-história, o homem passa a dominar a agricultura e também a domesticar animais. Ocorre aqui uma transição do nomadismo para o sedentarismo, estabelecendo-se as entidades comunitárias em regiões ribeirinhas ou litorâneas. Essas ocupações e a forma de organização da vida variou de acordo com condições externas e internas, tais como as condições geomorfológicas da terra habitada, as condições climáticas, as espécies de fauna e flora pré-existentes (Antunes, 2003).

Durante o período neolítico, então, continuamos visualizando a essência do comunismo primitivo nas sociedades sedentárias tribais, pois o trabalho continua a ser exercido de forma coletiva e solidária (Knapik *et al.*, 2005). No entanto, nessa nova faceta tem a terra como grande laboratório natural, do qual decorrem tanto os meios quanto o material, além de sediar a entidade comunitária de trabalho e educação. Essa é a forma mais antiga de manifestação da apropriação real defendida por Marx (2015, p. 333):

A terra é o grande laboratório, o arsenal, que fornece tanto o meio de trabalho quanto o material de trabalho, bem como a sede, a base da comunidade. Eles se relacionam com a terra, ingenuamente, como propriedade da comunidade, e da comunidade que se produz e reproduz pelo trabalho vivo. Somente como parte, como membro dessa comunidade, cada indivíduo singular se comporta como proprietário ou possuidor. A apropriação real pelo processo do trabalho se realiza sob esses pressupostos, que não são eles mesmos produto do trabalho, mas aparecem como seus pressupostos naturais ou divinos. Essa forma, em cuja base está a própria relação fundamental, pode realizar-se de maneiras muito variadas.

Alguns defendem que o período representou uma verdadeira Revolução Agrícola, em virtude do domínio da agricultura, que transformou toda a forma de organização social vigente. Antunes (2003) argumenta que as sociedades passaram a se relacionar fundamentalmente de duas formas nesse período:

A forma de relacionamento entre os indivíduos membros de uma comunidade pode dar-se de duas maneiras: se o pressuposto do relacionamento entre os indivíduos for esta ‘entidade comunitária’ mais geral, então, o indivíduo se relaciona com os outros membros comunitários como seus *coproprietários*, como tantas outras encarnações da terra comum’; se o pressuposto provir das *famílias individuais* que constituem a comunidade, então, os indivíduos se comportarão como *proprietários autônomos*, e a *terra comum*, que antes envolvia e dominava a tudo e a todos, é posta agora como um particular *ager publicus*, ‘separado da terra individual dos muitos proprietários da terra’. (ANTUNES, 2003, p. 47, itálico no original).

Este é o momento ao qual Engels (2019) imputa o surgimento da divisão social do trabalho baseada, sobretudo, na família e no gênero. Com isso, temos, além da Revolução Agrícola, uma resolução educativa. A educação segue em mutualidade com o trabalho, mas como estamos diante de um trabalho estratificado pelo gênero, cada grupo passa a exercer e, por conseguinte, aprender e ensinar atividades distintas. É o que explica Cambi (1999, p. 59):

Fixa uma divisão educativa paralela a divisão do trabalho (entre homem, mulher, entre especialista do sagrado e da defesa e grupo de produtores); fixa o papel chave da família na reprodução das infraestruturas culturais; papel sexual; papéis sociais; competências elementares; introjeção da autoridade; produz o incremento dos locais de aprendizagem e de adestramento específicos (nas diversas oficinas artesanais ou algo semelhante; nos campos; no adestramento; nos rituais; nas artes) que embora ocorram sempre por imitação e processo de participação ativa no exercício de uma atividade, tendem depois a especializar-se, dando vida a momentos ou locais cada vez mais específicos para a aprendizagem. Depois são, a linguagem e as técnicas (línguas mágicas e técnicas pragmáticas) que regulam de maneira cada vez mais separada.

Na Idade dos Metais, mantem-se a mesma forma de organização das comunidades humanas, o desenvolvimento principal no trabalho e, por movimento dialético, da educação, é devido ao aperfeiçoamento dos instrumentos. Na agricultura, temos a invenção do arado de madeira e da foice polida. Diante dessa facilitação no exercício do trabalho, a produção passou a gerar excessos, que eram estocados para catástrofes ou festividades coletivas (Knapik *et al.*, 2005). De todo modo, ainda não havia a exploração do trabalho humano, pois este continuou em sua faceta coletiva. Pertinente é o excerto:

Essa enorme produção, obtida sem gerar a exploração de ninguém, foi adquirida por um trabalho mínimo: 3 a 4 horas por dia, no período de máxima intensidade; 15 dias de trabalho por ano, em média. Em um sistema ecologicamente equilibrado, a natureza dava generosamente seus frutos, e a técnica, adaptada às necessidades, era muito desenvolvida (Guillerm; Bourdet, 1976, p. 99).

A Idade dos Metais, nada obstante, foi um período no qual as classes sociais embrionariamente surgidas no período Neolítico começaram a se afunilar. Apesar da

agricultura seguir sendo a principal forma de trabalho, temos o desenvolvimento de profissões: artesãos, agricultores e comerciantes são as preponderantes (Knapik *et al.*, 2005). Dessa forma, a educação passou a se relacionar com o aspecto profissionalizante, o de ensinar um ofício específico. Os grupos não mais partilhavam igualmente o saber coletivo voltado exclusivamente para a sobrevivência. E essa estratificação dos saberes é a gênese primitiva da sociedade do trabalho vigente.

Além disso, como este é o período que antecede a Antiguidade, algumas de suas características começam a surgir, como as classes de proprietários e não proprietários e também o escravismo, como melhor aprofundaremos doravante (Knapik *et al.*, 2005). E, consoante se desenvolve a classe dos não trabalhadores, também emerge a educação para possuir erudição, ser sábio, respeitado e não mais exclusivamente para sobrevivência.

3.2 Antiguidade Clássica

Na Antiguidade europeia, mais expressiva entre gregos e romanos¹, temos um processo de impulsionamento do valor de troca, mas ele ainda não é o pressuposto fundamental, persistindo a agricultura e as atividades da terra como bases da economia. Nesse momento, temos a propriedade privada claramente delineada, as quais dão ensejo às classes de proprietário e a dos não proprietários de terras (Marx, 2015).

Se há a categoria dos não proprietários de terras e da terra provinham todas os bens necessários à vida, temos aqui a primeira manifestação histórica da venda da força de trabalho. Assim, além das classes de proprietários e não proprietários, temos também as classes dos trabalhadores e dos não trabalhadores (Marx, 2015).

Marx aponta que esse *status* de proprietário naquele período estava intimamente relacionado com o de ser cidadão (patrícios em Roma):

[...] na forma romana, grega (em suma, na forma da Antiguidade clássica) – nesta, o solo é ocupado pela comunidade, é solo romano; uma parte continua sendo da comunidade enquanto tal, por contraste aos membros da comunidade, *ager publicus* nas suas diversas formas; a outra parte é repartida e cada parcela do solo é romana pelo fato de ser a propriedade privada, o domínio, de um romano, a cota que lhe pertence do laboratório; todavia, ele só é um romano

¹ Apesar de dentro desta época temporal terem coexistido as sociedades mesopotâmicas, fenícias, hebraicas, egípcias, chinesas e também as americanas pré-colombianas, neste momento, o foco do debate será a sociedade greco-romana em virtude de terem sido essas as expressões do modo de produção escravista clássico. A maioria dessas outras sociedades não serão objeto de estudo neste artigo porque se vinculam ao modo de produção asiático e a história oriental do trabalho e da educação, as quais, em razão da sua complexidade não foram objeto de estudo.

na medida em que possui esse direito soberano sobre uma parte da terra romana. (Marx, 2015, p. 336, *itálico no original*).

Em seus estudos, Saviani propõe um pertinente resumo da Era:

Na Antiguidade, tanto grega como romana, ocorre a propriedade privada da terra: temos então a classe dos proprietários e a classe dos não proprietários. O fato de uma parte dos homens se apropriar privadamente da terra dá a eles a condição de poder sobreviver sem trabalhar. Com efeito, os não proprietários que trabalham a terra assumem o encargo de manter a si próprios e aos senhores. Nesse sentido, surge uma classe ociosa, ou seja, uma classe que não precisa trabalhar para viver: ela vive do trabalho alheio. (Saviani, 1994, p. 2).

A ociosidade pontuada por Saviani é um importante elemento do período. As sociedades greco-romanas têm grande colaboração multidisciplinar (por exemplo, na filosofia, na matemática, na sociologia etc.) para as contemporâneas, justamente em razão disso. Se nem todos trabalhavam, sobrava tempo aos proprietários para que estudassem, discutissem, participassem das decisões da polis. Diz Engels (apud Knapik *et al.*, 2005, p. 40): “Sem a escravidão, não haveria o Estado grego; não haveria arte nem ciências gregas. Sem escravidão não haveria Império Romano”.

Aliás, esse é o momento de cisão do trabalho e da educação, que antes se manifestavam em uma relação de mutualidade dialética. Esclarece Saviani (1994, p. 2-3):

Se antes, no comunismo primitivo, a educação coincidia inteiramente com o próprio processo de trabalho, a partir do advento da sociedade de classes, com o aparecimento de uma classe que não precisa trabalhar para viver, surge uma educação diferenciada. E é aí que está localizada a origem da escola. A palavra escola em grego significa o lugar do ócio. Portanto, a escola era o lugar a que tinham acesso as classes ociosas. A classe dominante, a classe dos proprietários, tinha uma educação diferenciada que era a educação escolar. Por contraposição, a educação geral, a educação da maioria era o próprio trabalho: o povo se educava no próprio processo de trabalho. Era o aprender fazendo. Aprendia lidando com a realidade, aprendia agindo sobre a matéria, transformando-a. A forma como a classe proprietária ocupava o seu ócio é que constituía seu tipo específico de educação. Não só a palavra escola tem essa origem, mas também a palavra ginásio, que era o local dos jogos que eram praticados pelos que dispunham de ócio. A palavra ginásio mantém esta duplicidade de significado ainda hoje. A origem da palavra ginástica é a mesma da palavra ginásio: exercícios físicos como lazer. A ginástica dos que tinham que trabalhar era o próprio trabalho, era o trabalho manual, era o manuseio físico da matéria, dos objetos, da realidade, da natureza.

Essa valorização do ócio e a necessária condição de proprietário para ser cidadão são marcas de um processo de repúdio ao trabalho se estabelecendo. Os povos greco-romanos veem o trabalho como algo indigno e que deve, por conseguinte, ser executado por pessoas que eles

consideraram inferiores. Mello (2000) diz que se tratava de um dos três grandes preconceitos surgidos na Antiguidade, ao lado do preconceito aos deuses estrangeiros e às mulheres.

Na Antiguidade, o preconceito aparece primeiro na religião. Evitam-se os deuses estrangeiros, normas essas rigorosamente seguidas pelos hebreus. Em segundo lugar, o preconceito aparece com relação às mulheres, tidas como inferiores aos homens. Quanto à coletividade, as nações vencidas eram tidas como inferiores e, por conseguinte, submetidas à escravidão, como que para cumprir seu papel natural. Os bárbaros, para romanos e gregos, eram sempre povos incultos, incivilizados, rudes, inferiores aos cidadãos romanos e atenienses. Um terceiro lugar, quanto ao preconceito, cabe não a um povo, mas ao “trabalho” em si, ao ato de “laborar”. O trabalho é coisa indigna do cidadão e deve ser executado por pessoas inferiores, pensavam os organizadores da democracia grega. Esse preconceito contra o trabalho se estendeu a toda espécie de ocupação material e, até mesmo, ao trabalho artístico, incluindo as artes cênicas. (Mello, 2000, p. 24)

Esses são, ademais, os principais pressupostos para a instauração do modo de produção predominante na antiguidade: o escravista. Inclusive, o termo “trabalho” deriva do latim *tripalium*, termo que era utilizado em Roma para se referir a um instrumento de tortura utilizado para obrigar os escravos a trabalharem (Knapik *et al.*, 2005).

Ademais, é chamado de escravista clássico justamente por ter ocorrido na Antiguidade Clássica. Marx (2015) relaciona a escravidão com a produção do luxo – o marco inicial da necessidade de acumulação humana:

A produção de luxo, tal como tem lugar na Antiguidade, é de fato um resultado necessário da relação de escravidão. Não é a superprodução, mas o superconsumo e o consumo ensandecido que, convertidos no monstruoso e bizarro, marcaram o declínio do antigo sistema de Estados. (Marx, 2015, p. 304).

A primeira face do trabalho escravo é o visualizado na Idade Antiga, apesar de ser visto em um ou outra das sociedades típicas do modo de produção asiático. Finley (1991) explica que esse escravagismo antigo foi a base estruturante da organização econômica-social das sociedades greco-romanas.

Mello (2000) associa o surgimento da escravidão ao da noção de divindades superiores (deuses). Na verdade, para o autor, a própria ânsia por poder decorre de uma tentativa de igualar a humanidade aos deuses. Observe:

Nessa noção de superioridade estava naturalmente embutida a noção de inferioridade, como só acontece na lei dos contrários. A imitação das virtudes e, como consequência, do poder, dados àqueles seres superiores criados por ele mesmo, leva o homem a se acreditar um ‘demiurgo’, um pequeno deus com direito a um certo domínio, a um determinado campo de ação, com direito a ter súditos que o temessem, respeitassem, admirassem, e lhe prestassem

homenagem e admiração, porque, semelhante a um deus, tinha força e habilidade superior e todas as virtudes que o fariam dominar esse ou aquele povo. Quanto mais domínio, quanto mais poder, quanto mais espaço tivesse, mais estaria se aproximando da divindade superior. Em nome dessa virtude divina do poder material e do domínio, é que se formaram dinastias, reinados, sangues “azuis”, etc. e, conseqüentemente, a crença na superioridade das raças. (Mello, 2000, p. 16)

O autor elucida, ainda, que o surgimento da escravidão como força de trabalho é intimamente relacionado ao aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho, pressupondo necessário desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção. Àquelas associadas à força de trabalho, às ferramentas, à matéria-primeira, às técnicas etc.; enquanto estas às noções de classe, mais especificamente a proprietária dos meios e a trabalhadora.

Como estamos diante de mão de obra imperiosamente escrava, é consequência natural a existência de sobretrabalho e de produção excedente. Esclarece Marx (2015):

[...] na Antiguidade, o sobretrabalho só é repudiado quando seu objetivo é obter o valor de troca em sua figura autônoma de dinheiro, na produção de ouro e prata. O trabalho forçado até a morte é, aqui, a forma oficial de sobretrabalho. Mas essas são exceções no mundo antigo. (Marx, 2015, p. 224).

Nessa relação da mão de obra escrava, o valor de troca e o dinheiro são objeto de discussão interessante nos ensinamentos marxistas.

O homem da Antiguidade podia comprar trabalho imediato, um escravo; mas o escravo não podia comprar dinheiro com o seu trabalho. O aumento do dinheiro podia tornar os escravos mais caros, mas não tornava seu trabalho mais produtivo. A escravidão de negros – uma escravidão puramente industrial –, que, em todo caso, desaparece com o desenvolvimento da sociedade burguesa e é com ela incompatível, pressupõe o trabalho assalariado, e se outros Estados livres, com trabalho assalariado, não existissem ao lado de tal escravidão, mas a isolassem, imediatamente todas as condições sociais nos Estados escravistas se converteriam em formas pré-civilizadas. (Marx, 2015, p. 137)

O escravagismo da Idade Antiga, conquanto, não pode ser confundido com o escravagismo colonial, empenhado séculos após com a chegada da Era das Grandes Navegações. Na Antiguidade, segundo consenso majoritário, estamos diante de um sistema de submissão do mais fraco aos mais fortes. Povos inteiros são escravizados, mas normalmente se trata de vítimas de guerras ou estrangeiros, sem necessariamente levar como critério predominante a raça. Essa última, inclusive, é uma das principais diferenças, haja vista que “antigamente todos os povos, de qualquer raça, eram passíveis de escravização, ao passo que modernamente a escravidão se concentrou unicamente [leia-se: predominantemente] sobre a raça negra” (Mello, 2000, p. 19).

No período, além das sociedades típicas do modo de produção asiático, da Grécia e a da Roma, havia os povos chamados “bárbaros” – que nada mais eram que estrangeiros. Os bárbaros eram os principais povos escravizados na sociedade greco-romana. Portanto, as classes sociais são muito bem delineadas e o sentimento nacionalista também é aflorado. Essas características influenciaram o trabalho e, por conseguinte, a educação. Dessa forma, em moldes similares ao pontuado por Saviani (1994), temos a íntima vinculação do processo educativo, agora, para alguns, cindido do trabalho, à classe social.

A este momento, é atribuído o surgimento das escolas. Esses espaços eram locais para aqueles que não trabalhavam, os proprietários, ocuparem o ócio. Inclusive, o termo deriva do latim *schola* e do grego *schole*, que significam ócio e descanso. As primeiras escolas são gregas, mas em Roma também temos o surgimento de instituição semelhante (Manacorda, 1992).

Explica Manacorda (1992, p. 41) sobre a educação grega:

Para as classes governantes uma escola, isto é, um processo de educação separado, visando preparar para as tarefas do poder, que são o ‘pensar’ ou o ‘falar’ (isto é, a política) e o ‘fazer’ a esta inerentes (isto é, as armas); para os produtores governados nenhuma escola inicialmente, mas só um treinamento no trabalho, cujas modalidades, que foram mostradas por Platão, são destinadas a permanecer imutáveis durante milênios: observar e imitar a atividade dos adultos no trabalho, vivendo com eles.

A educação romana acompanha os mesmos caminhos. Aquela dedicada à instrução escolar teórica e desvinculada do trabalho é essencialmente igual à grega, dedicada às elites proprietárias e que, por conseguinte, tinham cargos de governantes. No entanto, temos a educação moral, cívica e religiosa também muito aflorada, sobretudo vinculada à família (MANACORDA, 1992).

Em ambos os locais, os bárbaros listados por Knapik *et al.* (2005) eram escravizados. Mas em Roma, os gregos também eram considerados bárbaros e, por isso, ali eram escravizados. Alguns desses gregos escravos detinham notado saber e, por isso, surgiu a figura do escravo pedagogo nas cidades Romanas. Esses escravos lecionavam, inicialmente, para a família específica que lhes possuía. Com o tempo aqueles de mais experientes passaram a lecionar para várias famílias, dando origem ao escravo mestre de crianças, o qual mais a frente seria o escravo *libertus*, que ensinava na sua própria escola.

Nesse sentido, é o que expõe Manacorda (1992, p. 78):

Como na Grécia, estes escravos pedagogos foram quase sempre estrangeiros ‘bárbaros’, isto é, que falavam mal o grego; assim em Roma estes escravos mestres foram gregos que, falassem ou não o latim, ensinaram a própria língua

e transmitiram a própria cultura aos romanos. Em suma, com o evoluir da sociedade patriarcal romana, a educação se torna um ofício praticado inicialmente por escravos no interior da família e, em seguida, por libertos na escola.

Ora, se diversos dos primeiros professores romanos eram gregos, não é de se estranhar que o processo educativo no ambiente escola foi semelhante. Ademais, é tão por este fato que a própria cultura romana muito foi influenciada pela grega.

3.3 Idade Média

Seguindo a linha cronológica ocidental, alcançamos a Idade Média (476 a 1.453, da queda do Império Romano do Ocidente à queda do Império Romano do Oriente). Última sociedade pré-capitalista na linha temporal e também titular do último modo de produção anterior ao capitalista: o feudal. Esse modo de produção é extremamente significativo para a compreensão do modo capitalista, pois foi ele não só o que o antecedeu, como também o que o viabilizou (MARX, 2015).

Em linhas gerais, na Idade Média vivenciamos sociedades de poderes fragmentados, sem a figura de um Estado central ou absoluto, manifestando-se como predominantemente agropastoris. A mão de obra deixou de ser escrava e passou a ser servil (KNAPIK *et al.*, 2005). Além disso, temos a decadência da cultura e da educação da antiguidade clássica (MANACORDA, 1992)

Muitos são os autores que defendem que a transmutação da escravidão antiga para a servidão decorreu do crescente poder da igreja, para a qual a escravidão não seria admissível. Contudo, não é esse o posicionamento de Engels (2019), que aponta a divindade como, muitas vezes, uma legitimação além da compreensão humana para a submissão de um povo a outro.

Sobre a questão, compete o excerto de Mascaro (2018), prefaciador do livro “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”:

Quando trata da passagem do escravismo ao feudalismo, Engels até mesmo rompe com a expectativa de leitura de quem tenderia a considerar a sucessão dos modos de produção uma linearidade lógica. No capítulo sobre a formação do Estado pelos germanos, enfatiza que a extinção da escravidão não adveio de uma contribuição cristã – da moral, da civilização, da razão, dos valores. Pelo contrário, o cristianismo conviveu muito tempo com a escravidão e muitas vezes a legitimou. Engels considera que a sociedade escravista romana moribunda e decadente passou de seu modo de produção a outro, feudal, por conta da chegada do atraso germano, que, a partir de sua barbárie, dissolveu com energia o que lentamente definhava e, então, de modo peculiar, ensejou novo sistema produtivo. Os modos de produção, assim, são lidos por Engels não como teleologia nem como racionalidade inexorável ou superação a partir

de sociabilidades mais avançadas, mas como frutos de determinações a partir de situações e derivações factuais: de alguma maneira, a transição de modos de produção revela o materialismo do encontro. (Mascaro, 2018, p. 14-15).

O trabalho, no período medieval, exterioriza-se através de uma estrutura familiar, em razão da escassez de mão de obra decorrente das diversas invasões sofridas quando da queda do Império Romano Ocidental – inclusive, esse é um dos principais motivos pelos quais a escravidão fora substituída. Os servos passam a compor a família de um senhor feudal, inclusive muitas vezes havia efetivamente laços sanguíneos, mas em outras tantas o parentesco era por afinidade. Além disso, a servidão não era atributo de um homem só, toda a sua família se deslocava para a terra do senhor feudal e a ele deviam lealdade (FOSSIER, 2019).

Elucida complementarmente Pernoud (1992, p. 27):

O fundamento das relações de homem para homem é a dupla noção de fidelidade, por um lado, e de proteção, por outro. Assegura-se devoção a qualquer pessoa e espera-se dela em troca segurança. Compromete-se, não a atividade em função de um trabalho preciso, de remuneração fixa, mas a própria pessoa, ou melhor, a sua fé, e em troca requerer-se subsistência e proteção, em todos os sentidos da palavra. Tal é a essência do vínculo feudal.

Aos senhores garantia-se o poder absoluto das terras que lhes competiam; aos servos longas jornadas de trabalho não remunerado e sem liberdade¹, já que estavam presos às terras de outrem. Knapik *et al.* (2005) aponta este trabalho como um intermediário entre o escravo e o capitalista, não só pela questão temporal (apesar de encaixar-se perfeitamente), como também pelas características mediais entre ambos.

O Estado no modo de produção feudal assume papel diferente daquele que exercia na Idade Antiga. Explica Engels (2019, p. 213):

Assim, o Estado antigo foi sobretudo o Estado dos donos de escravos para manter os escravos sob controle, como o Estado feudal foi o órgão da nobreza para manter sob controle os camponeses servis e o Estado representativo moderno é o instrumento de espoliação do trabalho assalariado pelo capital.

Outra grande instituição da Idade Média, até mais forte que o Estado, é a igreja². O politeísmo pré-histórico e antigo deu lugar ao monoteísmo e o Deus católico mostrou-se um agente coercitivo eficiente aos interesses do período. Além dos servos trabalharem para os seus

¹ É importante ponderar que os servos não se viam assim. A servidão feudal era extremamente ritualizada. Os servos entregavam espontaneamente a sua liberdade, inclusive faziam juramentos nesse sentido. Eles se viam como parte de algo maior – a família feudal.

² Uma grande marca da Idade Média são as inquisições movidas pela Igreja Católica, com inúmeras seções de tortura, sendo o seu julgamento absoluto e inquestionável, pois era feito sob as ordens e diretrizes de Deus manifestado na figura dos líderes religiosos.

senhores, também trabalhavam a título gratuito para a igreja, já que se assim não fosse estariam fadados a padecer no inferno¹ (Fossier, 2019). Aliás, segundo muitos historiadores, a Igreja era a maior das proprietárias de terra do período feudal (Knapik *et al.*, 2005).

A educação escolar também foi majoritariamente entregue à igreja. Temos como expoentes no período as escolas cristãs, os bispados, os mosteiros e as escolas canônicas urbanas. Em que pese um número mais elevados de expressões da educação escolar, um grande marco negativo do período é a acumulação do saber majoritariamente nas mãos da igreja, que repassava aos servos à medida do que lhes era conveniente (Manacorda, 1992).

A dominação dos povos não era mais essencialmente do mais forte pelo mais fraco, mas sim um controle ideológico, impulsionado por uma interpretação tendenciosa do evangelho. Perceba o seguinte texto bíblico, de Efésios, capítulo 6:

Vós, servos, **obedecei a vossos senhores segundo a carne, com temor e tremor, na sinceridade de vosso coração, como a Cristo**, não servindo somente à vista, como para agradar aos homens, mas como **servos de Cristo, fazendo de coração a vontade de Deus**, servindo de boa vontade como ao Senhor, e não como aos homens. Sabendo que cada um, seja escravo, seja livre, receberá do Senhor todo bem que fizer (apud KNAPIK *et al.*, p. 48, grifo nosso).

Nesta feita, a noção de classe na Idade Média passa a ser percebida de maneira complexa. Há, em síntese, três grandes categorias: o clero, a nobreza e os servos. O clero era composto pelos membros da igreja católica. A nobreza era constituída pelos senhores feudais e pela realeza (Pernoud, 1992), e explana Knapik *et al.* (2005, p. 49):

As obrigações dos servos, entre outras: trabalhar gratuitamente, alguns dias na semana, nas terras do senhor; impostos; obrigação de entregar parte da produção agrícola ao senhor; pagamento pela utilização de equipamentos e instalações, como celeiros e fornos. Por muitas vezes, os servos lutaram para diminuir a exploração sobre eles. Conseguiram algumas vitórias, mas os senhores reuniam seus exércitos e voltavam a dominá-los novamente. A nobreza e o clero constituíam as classes governantes. Controlavam a terra e o poder que dela provinha. A Igreja prestava ajuda espiritual, enquanto a nobreza, proteção militar. Em troca, exigiam pagamento das classes trabalhadoras, em forma de cultivo de terras.

A educação, pois, estava fortemente ligada à Igreja Católica e à estrutura feudal da sociedade. Era, nesse período, predominantemente voltada para a formação dessas classes

¹ É importante lembrar que a filosofia predominante da época era a de Santo Agostinho, que previa o mundo como um projeto predeterminado por Deus. Se és pobre, és porque Deus assim quis e deve cumprir o teu papel na terra para que seja recompensado na Cidade de Deus, único local no qual se encontraria a verdadeira justiça (FERNANDES, 2022).

ascendentes – clero e nobreza – com pouco acesso à educação para as classes servis. Enquanto a nobreza era representada pelos senhores feudais e os membros do Estado, os clérigos eram os responsáveis por administrar as propriedades da Igreja e por prestar serviços religiosos à população.

Ainda, surge a classe dos cavaleiros. Para esta classe, também se tinha um tipo de educação específica, voltada sobretudo à educação física e guerreira, impulsionada pelos bárbaros. Todavia, ainda que o caráter militar preponderasse remanescia a instrução intelectual a esta classe, que estava numa posição social superior ao servo (Manacorda, 1992).

A Idade Média é comumente dividida em Alta Idade Média (século X ao XI) e Baixa Idade Média (século XII ao XV). Durante a primeira, os Estados ainda passavam por invasões, tem-se a extrema ruralização, com aldeias autossuficientes, e um comércio pouco expressivo, sendo o mercado destinado tão somente às trocas de produtos excedentes. As idas eram semanais e limitadas a homens adultos, já que os costumes taxavam mulheres e crianças como vulneráveis e os mercadores como exímios trapaceiros (Knapik *et al.*, 2005).

Na transição de uma para outra fase, ocorrem diversas alterações na estrutura feudal (Ferla; Andrade, 2007). Findam as invasões bárbaras, ocorrem inovações agrícolas, há um crescimento populacional, um aumento expressivo das atividades comerciais e, por conseguinte, uma revolução urbana. As inovações na produção agrícola a impulsionaram, de modo que o excedente extrapolou barreiras não antes vistas. Dentre essas, podemos exemplificar uso de irrigação, rotação de culturas, moinhos e adubagem com estrume de animais (Knapik *et al.*, 2005).

O século XI marcou o fim das invasões e também o início das Cruzadas – “[...] expedições organizadas pela Igreja, para libertar Jerusalém dos muçulmanos – intenção primeira, porque depois, os motivos foram basicamente econômicos” (Knapik *et al.*, 2005, p. 51). As Cruzadas, junto ao aumento da produção agrícola, foram decisivas para a intensificação do comércio, pois estabeleceu rotas entre o Oriente e o Ocidente (Ferla; Andrade, 2007).

Nessa nova faceta medieval, o dinheiro passou a ser a medida universal do preço¹ das mercadorias (Marx, 2015). Ainda, o trabalho servil foi sendo enfraquecido. Com o aumento da

¹ Compete esclarecer que preço e valor, na lógica marxista, não se confundem. Explica o autor: “O valor (o valor de troca real) de todas as mercadorias (incluído o trabalho) é determinado pelo seu custo de produção, em outras palavras, pelo tempo de trabalho requerido para sua produção. O seu preço é esse seu valor de troca expresso em dinheiro. A substituição do dinheiro metálico (e do dinheiro de papel ou de crédito, que dele recebem sua denominação) pelo dinheiro-trabalho, que recebe sua denominação do próprio tempo de trabalho, igualaria, portanto, o valor real (valor de troca) das mercadorias e seu valor nominal, seu preço, seu valor monetário.

atividade mercantil, a agricultura deixou de ser o único meio de trabalho e isso viabilizou a emancipação. Os servos emancipados deslocavam-se para os centros urbanos e foram os principais responsáveis pela organização do trabalho urbano, através das corporações de ofícios.

Ocorre aqui uma inversão. As cidades passam a dominar o campo. Veja-se:

Com o renascimento do comércio as terras perderam o caráter autossuficiente, pois até então sua produção era voltada para suprir as necessidades do feudo e do senhor feudal. Desta forma, o campo deixou de produzir alimentos para produzir matéria-prima para subordinar-se às necessidades da cidade. Com o campo despovoado (consequência dos fluxos migratórios rumo as cidades), a estagnação tecnológica, a queda na produtividade do solo, as mudanças climáticas e a expropriações das terras cultiváveis, a produção de alimentos caiu consideravelmente. Os senhores feudais passaram, desta forma, a explorar a massa servil e o campesinato que habitavam o campo, gerando vários movimentos, acompanhados de motins e revoltas que surgiam nas cidades em função do desemprego. Toda esta situação de fome estava acentuada pelo número de pessoas que habitavam a Europa na época. (Ferla; Andrade, 2007, p. 3).

Com o impulsionamento das cidades e o declínio da autossuficiência dos feudos, temos o surgimento de um novo trabalho – os artesãos manufatureiros. Essa categoria implica em uma nova forma de educar, a preparação para os ofícios. Durante a Baixa Idade Média também temos o surgimento das Universidades, que eram massivamente controladas pela Igreja, mas que aos poucos foram logrando a liberdade do pensar e produzir acadêmico (Manacorda, 1992).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto, resta comprovado que, de fato, o ser humano enquanto ser social trabalha e se educa. Contudo, essas atividades se desenvolvem em uma relação dialética com a forma de organização social, haja vista que as formas sociais decorrem do modo de produção à mesma medida que o modo de produção se altera para amoldar-se às necessidades da organização social.

Aliás, dialética também é a própria relação ontológica do trabalho com a educação. Ora, os trabalhadores trabalham porque aprenderam a trabalhar e ensinam a trabalhar porque trabalham. No entanto, essa faceta ontológica foi se modificando com o surgimento das classes

Igualação de valor real e valor nominal, de valor e preço. Mas isso só seria alcançado sob o pressuposto de que valor e preço são diferentes apenas nominalmente. Mas de maneira alguma é esse o caso” (Marx, 2015, p. 128-129)

sociais, especialmente a dos proprietários, que cindiram a dialética ontológica para fazer surgir a educação escolar, baseada na formação intelectual e não mais exclusivamente no trabalho.

Dessa forma, restou assentado que na Pré-história, sob a vigência predominante do modo de produção comunista primitivo, o trabalho e a educação se manifestam na face ontológica dialética. Na Antiguidade, esse caráter remanesce, mas prejudicado pelo advento da propriedade privada e, sobretudo, das classes sociais proprietárias, que submetem a trabalhadora ao sistema escravista. Essa nova classe ramifica a educação em duas, a voltada ao trabalho e a outra para preenchimento do ócio.

Outrossim, demonstrou-se que, na Idade Média, em que pese a sua popularidade como Idade das Trevas, temos retrocessos, mas também temos significativos avanços nessa relação. Como o modo de produção se alterou, alterou-se também a forma de organização social e, por conseguinte, a forma de trabalhar e educar também. A Igreja é a grande protagonista do período.

O trabalho não conseguiu exaurir a totalidade das sociedades pré-capitalistas, pois não se debruçou sobre as sociedades orientais, típicas do modo de produção asiático, na lógica marxista. A escolha se deu porque essas formas de organização sociais são complexas e também se alteraram ao longo dos períodos históricos aqui narrados. Na realidade, a discussão sobre a temática é tamanha que enseja pesquisa dedicada exclusivamente para ela.

Inclusive, eis uma boa proposta de continuidade desta pesquisa, um estudo que se dedique às formas de manifestação do trabalho e da educação nas sociedades orientais pré-capitalistas. Outra proposta mais axiomática é a continuidade no período histórico ocidental, agora investigando como a realidade capitalista influenciou a relação trabalho-educação e como tem evoluído até o tempo presente, no qual vigora o capitalismo contemporâneo globalizado.

5. REFERÊNCIAS

ANTUNES, Jair. **Marx e o último Engels: o modo de produção asiático**. 2003. 159 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual em Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, São Paulo. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1596508>. Acesso em: 02 maio 2023.

BURQUETTE, Lhullier, **Convite à História**. 6. Edição. São Paulo: Logos, 1990.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: Unesp, 1999.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2019. *E-book*.

FINLEY, Moses. **Escravidão antiga e ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

FERLA, Guilherme Baggio; ANDRADE, Rafaela Bellei. A transição do feudalismo para o capitalismo. **Synergismus scyentifica UTFPR**, v. 2, n. 1, 2007. Disponível em: <http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/SysScy/article/view/240> Acesso em: 02 maio 2023.

FOSSIER, Robert. **O trabalho na Idade Média**. São Paulo: Vozes, 2019.

GERHARDT, Tatiana Engel (Org.); SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GUILLERM, Alain; BOURDET, Yvon. **Autogestão: uma mudança radical**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

KNAPIK, Márcia Carneiro *et al.* **O trabalho humano: das sociedades comunais ao modo de produção feudal**. 2. Ed. São Paulo: Multiplicadora da Economia Popular Solidária, 2005.

LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação: da Antiguidade aos nossos dias**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MARX, Karl. **Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858, esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. Tradução Reginaldo Sant'Anna. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Tradução Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MASCARO, Alysson Leandro. Prefácio à edição brasileira. *In*: ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2018. *E-book*.

MELLO, José Guimarães. **Negros e escravos na Antiguidade**. 2. ed. São Paulo: Ante & Ciência, 2000.

MORGAN, Lewis Henry. **A sociedade antiga**. São Paulo: Expresso Zahar, 2014. *E-book*.

PERNOUD, Régine. **Luz sobre da Idade Média**. São Paulo: Fórum da História, 1992.

ROSA, Augusto Pereira. Pré-história: Educação para sobrevivência. **Revista Maiêutica-Arte e Cultura**, São Paulo, v. 1, n. 1, 2013. Disponível em: http://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/ART_EaD/article/view/314 Acesso em: 02 maio 2023.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 2, n. 34, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 03 maio 2023.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**, Petrópolis: Vozes, p. 147-164, 1994. Disponível em: https://www.academia.edu/download/59276706/dermeval_saviani_-_trabalho_como_principio_educativo20190516-117749-199rctr.pdf Acesso em: 02 maio 2023.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 9 ed., Campinas, Autores Associados, 2005.

TONET, Ivo. Educação e ontologia marxiana. **Revista HISTEDBR**, São Paulo, v. 11, n. 41e, p. 135-145, 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639900/7463> Acesso em: 02 maio 2023.